



Lisboa, 20 de Maio de 2011

Exmos. Senhores,

Relativamente às questões colocadas entendemos o seguinte:

1) A defesa da democracia com que se identificam os valores laicos e republicanos é para nós uma prioridade, particularmente numa época em que ela é cada vez mais atacada pelos poderosos do mundo para impedir as classes trabalhadoras de se organizarem para resistir à sobre-exploração e à ameaça de destruição de que são alvo pelo capitalismo imperialista em agonia.

Necessidade tanto mais evidente quanto, para garantir os seus lucros, o capital financeiro internacional desenvolve uma ofensiva crescente contra os direitos individuais e sociais dos trabalhadores – conquistas da sua luta plurissecular que estruturam a sua cidadania – para o que, a par das convenções internacionais, como algumas das disposições da Carta da OIT, necessita de liquidar a soberania dos Estados nacionais que os protegem através das políticas ruinosas e destruidoras de organizações supranacionais (como o FMI e a União Europeia, o Banco Mundial, a ONU, a NATO e o Vaticano, entre outras). Para demonstrá-lo, basta recordar a ameaça de colapso da economia europeia sob os golpes dos especuladores e dos seus representantes da União Europeia e do FMI, a destruição planeada da Jugoslávia, a liquidação em curso da população e dos países do continente africano – meio século após a conquista da respectiva independência política contra a dominação colonial europeia – sem esquecer as guerras do Iraque e do Afeganistão. Por essa razão, entendemos que para a defesa da cidadania é necessário, antes de tudo, romper com todas as organizações que ameaçam destruí-la – como a União Europeia, a NATO, o FMI, etc. – para o que é necessária a luta unida dos trabalhadores e dos povos da Europa e do resto do mundo.

2) Constituindo a laicidade um dos pressupostos da democracia republicana, defendemos a supressão de todos os privilégios de natureza fiscal ou outra concedidos às confissões religiosas, nomeadamente a referida devolução do IVA.

3) Na medida em que defendemos a Escola pública, laica e republicana, entendemos que não deve haver qualquer tipo de intervenção oficial (capelanias), remunerada ou não,

de representantes de confissões religiosas nos estabelecimentos públicos. O que não colide com o direito dos cidadãos utilizadores daqueles estabelecimentos recorrerem a assistência religiosa particular e por eles financeiramente suportada, desde que não comprometa o respectivo serviço público.

4) Tal como referimos na resposta à segunda questão, entendemos que um dos pressupostos da democracia republicana reside na separação entre o Estado e as igrejas, e na conseqüente supressão de todos os privilégios – de natureza fiscal ou outra – concedidos às confissões religiosas, pelo que devem ser suprimidas todas as isenções mencionadas.

5) Como já tivemos oportunidade de afirmar, defendemos a separação do Estado (assim como da Escola pública) de todas as confissões religiosas, pelo que lhes deve ser legalmente interdita qualquer tipo de intervenção organizada e/ou paga pelo Erário público, assim como qualquer representação oficial, nos estabelecimentos públicos – através de aulas de religião e moral, cerimónias religiosas, capelania escolar, hospitalar, militar, prisional ou outra, assim como da exibição oficial de símbolos religiosos. Constituindo a religião um assunto privado, deve ser assumida e suportada exclusivamente pelos respectivos crentes, que, no exercício da sua liberdade de expressão, têm, como qualquer outro cidadão, o direito de exhibir individualmente símbolos da sua identidade cultural (incluindo a religiosa) sem qualquer discriminação. Razão pela qual é condenável, a todos os títulos, a exclusão de alunas muçulmanas da Escola pública por recusarem tirar o véu identitário, como foi arbitrariamente imposto pelo Governo francês desde há alguns anos, invocando usurpadoramente a Laicidade, ao mesmo tempo que continua a empenhar-se na destruição do Ensino público, laico e gratuito, herdado das reformas republicanas de 1881-1885, de Jules Ferry, que deram continuidade ao legado democrático e secular da Revolução de 1789. Do mesmo modo que é inaceitável qualquer restrição à liberdade de crítica da religião, componente indispensável da luta contra o obscurantismo, pelo que devem ser revogadas todas as leis que consagrem esta ou qualquer outra limitação da liberdade.

Com os melhores cumprimentos

O Secretariado Nacional do POUS (Secção portuguesa da IVª Internacional)